
REGISTRO

LAUDAÇÃO À GRANDEZA HUMANA DE PAULO FREIRE E AO EDUCADOR QUE ELE CONSEGUIE SER (1)

João Francisco de Souza (2)

-
- 1) Discurso proferido na solenidade de outorga do título de Professor Emérito, pela UFPE, em dezembro de 1984.
 - 2) Professor-Assistente do Departamento de Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação do Centro de Educação.

Tóp. Educ. Recife, UFPE 5(1/3): 97-115, 1987

Há exatamente vinte anos, o nosso homenageado de hoje é expurgado desta Universidade pelo movimento da classe exploradora/militares brasileiros aliados ao capital internacional. O pavor de que a emersão das camadas da classe popular, que se verifica no Brasil, particularmente em Pernambuco, destrua seus antigos privilégios, leva aquelas parcelas da população brasileira a eliminar uma das experiências que efetivamente começa a construir a democracia neste país, o movimento de classes que aqui se instalava naquele momento. Certamente que perpassado de inúmeras ambiguidades como só acontecer com todos os movimentos históricos.

Hoje, você, Paulo, retorna a esta Universidade para receber o Título de PROFESSOR EMÉRITO, subida honra para a maioria dos que hoje fazem a UFPE. E, certamente, desapontamento para alguns poucos. É a condição da história!

E mais. Você é agraciado em auditório que, coincidente ou significativamente, leva o nome do Reitor João Alfredo, quem em fevereiro de 1962, cria o SEC (Serviço de Extensão Cultural) da então Universidade do Recife. (Fatos históricos, história dos fatos!?!)

O SEC é criado, como prometera o mesmo Reitor, no encerramento da 1ª Semana Universitária de Cultura Popular, iniciativa de estudantes universitários do Recife, no momento da oficialização do Movimento de Cultura Popular (MCP), em Maio de 1960 para colaborar na educação das camadas da classe popular «numa conjugação de esforços que visasse a uma considerável elevação cultural da população recifense».

A coordenação do SEC é entregue a você, Paulo, como reconhecimento de sua competência de educador de adultos, já comprovada no SESI e no MCP, na certeza de que sua ação pode permitir uma «constante integração de professores e alunos na comunidade», como é o desejo expresso do Reitor João Alfredo, na portaria que o institui.

O SEC tem, pois, sua origem na proposta de uma integração da Universidade na educação das camadas da classe trabalhadora para afirmar uma Universidade que nelas busque a inspiração e a temática de seus estudos, pesquisa e ensino, realizando, assim, plenamente, sua vocação.

Nas atividades do SEC, sob sua direção, são envolvidos professores, alunos e funcionários, consolidando sua experiência inicial, realizada nos quadros do MCP, no Centro de Cultura

Dona Olegarinha, no Poço da Panela, em Casa Forte, nos Círculos de Cultura e na experiência de alfabetização com apenas cinco analfabetos dos quais dois desistem.

A experiência-embrião de alfabetização e a experiência dos Círculos de Cultura, consolidadas no SEC, se transformam na mais significativa proposta educacional de nossa época, por você, Paulo, sistematizada.

No Movimento Educativo de Pernambuco do final da década de 50 e inícios da de 60, como resposta ao movimento de classes que aqui se desencadeia, você tem, portanto, destacada participação, expandindo-o por todo o Brasil. Pois, a partir de 1962, começam a se realizar experiências fundamentadas em sua proposta educacional por todo o Brasil, de tal forma que o MEC a oficializa.

Sendo assim, no 2.º semestre de 1963 e inícios de 1964, há, em todas as Unidades da Federação, cursos para coordenadores de Círculos de Cultura e Alfabetização. E já se encontra, através do Programa Nacional de Alfabetização, estabelecido um plano para instalação de dois mil Círculos de Cultura com a meta de atingir dois milhões de analfabetos. A partir, pois, desta Universidade, através de sua atuação no SEC e na Presidência da Comissão Nacional de Cultura Popular do MEC, por sua vocação de **Peregrino da Educação**, se inicia a verdadeira alfabetização deste país na qual o homem das camadas da classe popular se situa no mundo, com o mundo, descobrindo sua tarefa histórica e suas possibilidades.

Aquela experiência embrionária que já se fazia árvore frondosa e tanta esperança ia incutindo nas camadas da classe popular nordestinas e do restante do país, banida do solo pátrio, qual boa semente, lançada em outros terrenos, noutra correlação de forças sociais, frutifica, desdobrando-se e superando-se em novas e mais promissoras experiências. Muitas delas ajudadas a nascer e crescer por você próprio, permitindo-lhe, inclusive, uma formulação mais adequada de sua proposta educacional.

Paulo, você continua a ser, pelo mundo a fora, o parteiro da esperança, que fora no Brasil, através da ação-pedagógica, chegando à sistematização de uma pedagogia que responde melhor aos interesses históricos das camadas da classe tra-

balhadora. Desdobramentos de suas intuições iniciais no SESI, SEC desta Universidade, bem como de suas primeiras tateantes sistematizações feitas em EDUCAÇÃO E ATUALIDADE BRASILEIRA e em EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA LIBERDADE.

Desta forma torna-se, você, o grande pedagogo-educado, o teórico-prático mais conhecido, mais estudado, mais criticado e, certamente por isso, o mais fecundo da história da educação, pelo menos do Ocidente, nestes últimas décadas.

Tendo sido no seio desta Universidade o momento mais importante do processo inicial de sua atuação/sistematização pedagógica, é de uma certa forma, a homenagem que ela lhe presta, uma **auto-homenagem**, um reconhecimento de que em você se encontra uma das melhores expressões de si mesma, uma indicação de que ela existe para forjar intelectuais comprometidos com os interesses imediatos e históricos das camadas de classe popular enquanto a mais legítima destinatária das atividades que aqui se realizam.

Mas é, ao mesmo tempo, também uma atitude de reconciliação com você. Afirmo mesmo, numa linguagem religiosa, no significado que tem na teologia católica, é o seu ato de penitência pública, pelos vinte anos de silêncio em torno de seu nome, de sua atuação e de seu pensamento. Mesmo que tenha existido sempre professores que, embora, isoladamente, nunca o tenham silenciado. Mas a Universidade, como instituição, esta sim, infelizmente, o silenciou.

Espero que a homenagem pública que hoje realizamos, neste auditório, seja a indicação de novos tempos para esta Universidade. Seja o sinal do compromisso de produzir/ transmitir conhecimentos que respondam aos interesses imediatos e históricos das camadas da classe popular e da «região» Nordeste cada vez mais preterida nos planos da política econômica predominante, pois, é nesta direção que apontam a atividade e a reflexão, a **práxis** da equipe do SEC nos inícios da década de 60 e seu pensamento pedagógico, Paulo. Na homenagem que hoje a UFPE lhe presta, ousa ver o redirecionamento de seu compromisso, o desejo de colocar a serviço das camadas da classe popular e do Nordeste, como pólo explorado das relações capitalistas, as atividades de ensino, pesquisa e extensão que aqui têm lugar.

Paulo, você leva o Movimento Educativo de Pernambuco daquele momento a influenciar não só no Brasil pré-64, mas o esparrama por toda América Latina, África, Estados Unidos e

Europa. Você, a expressão-síntese mais significativa, no setor educacional, da crise orgânica que aqui, então, se experimenta. E assim o educador pedagogo pernambucano, pela sistematização da PEDAGOGIA DO OPRIMIDO, que deita suas raízes naquela nossa experiência histórica, se torna o grande pedagogo-educador mundial. E se já no Brasil é o grande peregrino de uma proposta educacional transformadora, maior se torna no exílio.

E os inimigos da emancipação das camadas da classe trabalhadora brasileira que pensam eliminar a possibilidade de elas se tornarem protagonistas de sua história pelo destrocamento de Movimento Educativo de Pernambuco, contraditoriamente, prestam um grande serviço aos oprimidos e seus aliados do mundo inteiro. Quais novos Cirosg pagãos a contribuir com a emancipação do povo de Deus!

Seu exílio é o caminho da ampliação, sistematização e universalização de sua proposta pedagógica no que pese os sofrimentos pessoais e familiares que isso possa ter significado para você e seus familiares.

Mas, como afirmo antes, agraciar você com o Título de PROFESSOR EMÉRITO é reconhecer a participação que teve esta Universidade no desenvolvimento de sua prática educacional e de seu pensamento pedagógico. Pois, além de ter sido aqui que você se graduou em Direito, é aqui que você desenvolve sua prática docente. Aqui, como já disse, você inicia a consolidação da teoria pedagógica que afirma no exílio e que faz de você o pedagogo-educador mais conhecido do mundo tornando presente, de uma certa forma, nesta mundialização de sua pedagogia, a UFPE. Pois, onde se fala de você, fala-se da sua experiência no SEC da Universidade do Recife.

Não penso com isso, como afirmo na justificativa para a concessão do Título que hoje lhe é outorgado, «imputar à UFPE todo o mérito de seu trabalho, pois se reconhece que é no clima do movimento intelectual brasileiro dos anos 50 e 60 que se deve buscar uma explicação mais completa». No entanto, por outro lado, não se quer minimizar a participação da Universidade nas condições que deram origem ao SISTEMA PAULO FREIRE DE EDUCAÇÃO. Pois, naquele momento, a UFPE cria condições para que você possa trabalhar, vivenciar e pensar com sua equipe uma nova forma de educar adultos.

Mas ainda, agradecer você, Paulo, com o Título de Professor Emérito é também juntar-se a inúmeras outras entidades culturais e universitárias que, no mundo inteiro, têm consagrado a contribuição ao processo de fazer/pensar, refazer/repensar a educação, seja através da concessão de diversos Títulos, seja através do usufruto de sua contribuição tendo-o como Professor, como Coordenador de Seminários, proferindo palestras ou criando Centros de Estudos e disseminação de seu pensamento.

De intelectual atuante e participativo no movimento social naquele momento histórico do Brasil, você é levado pela UNESCO a prestar seus serviços no Chile através do Instituto de Capacitación en Reforma Agrária (INCIRA), onde atua, apaixonadamente — como é seu jeito de ser —, junto a profissionais comprometidos na implantação de projetos de Colonização e Reforma Agrária. Aí inicia também a sistematização de suas experiências dando maior consistência a seu pensamento. A Escola Superior de Ciências Políticas do Chile realiza constantes Seminários sobre sua proposta educacional. E, ainda residente em Santiago, é você em 1969/1970, professor convidado do Centro de Desenvolvimento e Mudança Social de Harvard. Em 1970, você aceita o lugar de Consultor Especial no Gabinete de Educação do Conselho Mundial de Igrejas em Genebra, onde permanece por mais de 10 anos. Aí leciona na Universidade Suíça. E tendo como inseção cósmica o Gabinete de Educação, viajava constantemente por toda Europa, Estados-Unidos e África, onde faz conferências, participa de Seminários e Debates, contribuindo para criação de uma nova postura face ao fenômeno educacional.

Ainda em Genebra, juntamente com um grupo de brasileiros no exílio, cria o Instituto de Ação Cultural (IDAC) que atua na Suíça, Itália e África. Através do IDAC contribui com o processo nacional de Alfabetização da Guiné-Bissau, de Cabo Verde, São Tomé, Príncipe e Moçambique.

Exerce você, ainda, a função de presidente do Institut Oecuménique Au Service du Développement des Peuples (INODEP), onde provoca o repensar das relações de ajuda entre o Terceiro e Primeiro Mundo, além de lançar as bases para o que hoje se chama Pesquisa Participante, pelas publicações, debates e seminários sobre o que na época se chamava pesquisa concientizante.

Paulo, a sua obra pedagógica (teoria/prática) tem indiscutivelmente raízes pernambucanas, nordestinas, brasileiras, pois é aqui que se inicia a pequena experiência que de tal maneira inserida em nossa realidade, tão profundamente vin-

cada ao nosso chão histórico, se universaliza e torná-se, por isso mesmo, patrimônio da humanidade. É nestas condições históricas que dão origem a você como educador, a sua ação e ao seu pensamento pedagógicos que entra e contribui também a UFPE. Atuação que transformada em textos científicos, abrange, hoje, um grande volume de artigos em revistas especializadas, livros e conferências. Estes demonstram seu esforço contínuo, dinâmico, de pensar, de repensar, de fazer pensar, de re-inventar o ato pedagógico, admirando-o para transformá-lo. É a sua prática pedagógica alicerçada em sua vocação visceral à democracia que lhe tem permitido tamanha contribuição à educação e à sua teorização.

Mas, por outro lado, Paulo, você tem contribuído ainda muito para a teorização da educação na medida em que especialistas de várias partes do mundo, estimulados pela sua **práxis**, já produziram dezenas de obras: dissertações de mestrado, teses de doutoramento, artigos em revistas especializadas. Mas é, sobretudo, pela inspiração que ela tem sido para o desenvolvimento de experiências educacionais no mundo que se encontra seu mérito.

Seu pensamento, Paulo, abrange um extenso quadro de proposições como o processo de conscientização, de ação cultural, alfabetização, educação e mudança sócio-cultural, os agentes de mudança, a comunicação no processo de conscientização e transformação, a educação na sociedade conflitiva, etc, etc, etc...

Seu pensamento teve uma influência muito significativa no mundo inteiro, chegando a ser assumido pela Conferência de Ministros de Educação da América Latina reunidos em Caracas no ano de 1971, quando afirmam que «toma corpo a idéia de uma educação libertadora que contribui para formar a consciência crítica e estimular a participação responsável do indivíduo nos processos culturais, sociais, políticos e econômicos» propondo-a como a meta da educação para a região.

É claro que, com isso, não quero afirmar que você é o responsável único por esse movimento educativo libertador, mas inegavelmente, você tem uma atuação extremamente significativa e criadora neste processo. E mais, é um dos que estão na gênese desta proposta e certamente seu maior incentivador.

É de justiça também, pois, que se resgate você no seio da UFPE onde se inicia, no Brasil, a sistematização deste movimento, onde você se tempera para percorrer o mundo inteiro

confirmando sua vocação de peregrino da educação, dando testemunho da qualidade do trabalho, no que pese todas as suas ambiguidades, que aqui se faz e da importância da educação no processo contraditório de transformação social.

Por todas estas razões é que me sinto emocionado fazendo-lhe esta laudação em nome do Departamento de Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação, ao qual você pertenceria se aqui estivesse na ocasião da reforma universitária — hoje em avaliação —, que acatando proposta do Prof. Epitácio Fragoso Vieira, assume a iniciativa da outorga do Título de Professor Emérito da UFPE, para honra desta Universidade, em homenagem à grandeza humana que você expressa e ao educador que você consegue ser.

II ENCONTRO DE REVISTAS BRASILEIRAS DE EDUCAÇÃO

— documento conclusivo

Cumprindo decisão do Seminário de «Educação e Informação Educacional» realizado em Florianópolis em outubro de 1985, promovido pela **Revista Perspectiva** da UFSC e, financiado pelo CNPq, realizou-se em Campinas, em maio de 1986, o II Encontro de Revistas Brasileiras de Educação. O evento foi organizado pelas revistas **Educação e Sociedade** (CEDES), **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas) e **ANDE** (Associação Nacional de Educação), e financiado pelo CNPq, INEP e CAPES. Contou com a participação de 28 Revistas — editadas em vários Estados do Brasil, por diferentes associações, entidades e universidades — e representantes das agências financiadoras que propõem políticas de apoio a edições do campo educacional. Contou, ainda, com a presença de representantes da FAE e da Secretaria de Planejamento do Ministério de Educação.

O tema central do Encontro «A busca de profissionalização das Revistas de Educação como questão de sobrevivência» orientou os debates em torno de quatro questões: 1) a produção das matérias para publicação; 2) a editoração; 3) a distribuição e divulgação; e 4) as políticas de apoio das agências financiadoras às Revistas de Educação.

O quadro apresentado pelas Revistas, no que se refere aos seus problemas específicos, mostrou, de forma contundente, as inúmeras dificuldades que enfrentam. De um lado, as dificuldades vão desde a obtenção de artigos de qualidade, até de infra-estrutura material e de recursos humanos para a sua publicação. De outro, a distribuição precária acaba prejudicando a socialização do conhecimento e da informação, razão primeira da existência de uma revista.

Constatou-se, ainda, que embora muitos destes problemas sejam comuns a todas as Revistas, há diferenças segundo o vínculo de origem.

As Revistas ligadas às Universidades, que divulgam sobretudo trabalhos produzidos por seus pesquisadores, acabam muitas vezes fechando-se em si próprias, não dando conta das inovações ocorridas no campo da Educação. Além disso, os entraves burocráticos, a falta de apoio financeiro e o pouco valor atribuído aos periódicos acadêmicos científicos por parte

da Universidade, acabam prejudicando a sua produção gráfica e periodicidade. Consequentemente, a distribuição é precária e, com frequência, local.

As Revistas produzidas por associações, centros de estudos e pesquisa e por fundações, destinadas, em sua maioria, a um público mais diversificado e de âmbito nacional, encontram muitas vezes problemas para obtenção de artigos de acordo com a sua linha editorial. Isto compromete a qualidade, já que nem sempre a colocação espontânea é de boa qualidade e há falta de recursos para pagamento de artigos encomendados. O resultado é que também estas Revistas acabam, por sua vez, não refletindo as tendências mais significativas do pensamento educacional brasileiro. A falta de recursos materiais compromete a periodicidade e, em decorrência, a credibilidade das mesmas face aos assinantes e a todo o sistema de distribuição.

Estas são apenas algumas das inúmeras dificuldades levantadas pelas Revistas. Tentando interferir nesse quadro, no sentido de transformá-lo para fazer frente às demandas e exigências atuais da Educação brasileira e à necessidade de fortalecer o espaço de crítica da produção intelectual, o II Encontro apresentou as seguintes propostas:

- Criação de um grupo de trabalho para examinar a possibilidade de ser instituído um programa de apoio aos periódicos de Educação. Neste grupo estariam representadas agências de governo e editores de periódicos.
O grupo foi constituído pelas Revistas: **Perspectiva-UFSC, Educação e Sociedade** — CEDES, **Cadernos de Pesquisa** — FCC e **ANDE** — Associação Nacional de Educação, e Agências financiadoras: INEP, FAE, CNPq, FINEP, FAPESP, PROED/SESU.
- Organização pelo grupo de trabalho, de uma reunião dos Editores, durante a IV CBE, com o objetivo de colocá-los a par do andamento dos trabalhos.
- Organização de um **Caderno**, contendo a descrição das revistas brasileiras em educação, para ampla distribuição junto às escolas.
- Revisão dos critérios das agências financiadoras, à luz das reais necessidades das revistas, nas etapas de produção e circulação em função de públicos específicos.

- Criação de um programa de apoio às publicações científicas de Educação, visando:
 - integrar o apoio à produção de periódicos ao da distribuição e divulgação;
 - contemplar os vários públicos da área:
 - professores de 1.º e 2.º graus;
 - ensino superior;
 - técnicos de órgãos oficiais, etc.
- Dotação de recursos das agências financiadoras para o Projeto do INEP, visando a criação de uma revista para os professores do ensino de 1.º grau com distribuição ampla para todo o território nacional.
- Criação de um programa pelo MEC, através do INEP, de apoio às Revistas de Educação e Ensino, com recursos suficientes para atender às necessidades de produção, edição, divulgação e distribuição dos periódicos dessas áreas.
- Proposição de que se faça anual ou bienalmente uma edição condensada, que divulgue os resultados mais expressivos da produção acadêmica, para outros públicos.
- Revisão de critérios das agências financiadoras, no sentido de vincular dotação de verbas à compra de assinaturas, possibilitando uma melhor distribuição (fazer a revista chegar às bibliotecas).
- Viabilização da venda das Revistas em encontros, congressos, através de **stands** organizados (verba de dotação para distribuição através de aluguel de **stand**, pagamento de pessoal para venda de assinaturas, etc.).
- Priorização, por parte das agências financiadoras, no que se refere às publicações destinadas aos professores do ensino de 1.º grau, às Revistas ligadas a Instituições que atuam na área de Educação.
- Recomendação à FAE, CEDATE e SESU, para que façam assinaturas de mais Revistas de Educação para distribuir às escolas normais e de 1.º e 2.º graus.
- Preocupação com as condições de «produção de leitura» dos professores, principalmente os de 1.º e 2.º graus de modo que:

- sejam repensadas as suas condições de trabalho e o tempo a ser dedicado ao estudo, à pesquisa e à leitura;
 - exista uma política voltada à instalação de infra-estrutura para organização dos materiais escritos, no âmbito das escolas de 1.º e 2.º graus, que propicie a organização desses materiais através de bibliotecários.
- Realização do III Encontro Brasileiro de Revistas de Educação, em 1987, em data e local a serem definidos pelo Grupo de Trabalho. De preferência, esse III Encontro deverá ocorrer fora do eixo Rio-São Paulo, promovido por Revistas diferentes das que organizaram o II Encontro.

Ficou decidido que o III Encontro realizar-se-á em Belo Horizonte, no final de 1987, durante 3 dias, sob a coordenação de **Educação em Revista** e **AMAE Educando**.

Campinas, 23 de maio de 1986
Goiânia, 04 de setembro de 1986.

RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO II ENCONTRO

- 1) CADERNOS DO CEAS — Centro de Estudos e Ação Social — Salvador (BA)
- 2) CADERNOS CEDES — Centro de Estudos Educação e Sociedade — (CEDES) — Campinas (SP)
- 3) CADERNOS DE PESQUISA — Fundação Carlos Chagas — São Paulo (SP)
- 4) CIÊNCIAS PARA CRIANÇAS — Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino de Ciências/FUNBEC — São Paulo (SP)
- 5) DIDÁTICA — UNESP — Campus Marília (SP)
- 6) EDUCAÇÃO — Centro de Educação — UF Santa Maria — Santa Maria (RS)
- 7) EDUCAÇÃO BRASILEIRA — Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras — Brasília (DF)
- 8) EDUCAÇÃO EM DEBATE — Faculdade de Educação — UFC — Fortaleza (CE)
- 9) EDUCAÇÃO E REALIDADE — Faculdade de Educação/UFRGS — Porto Alegre (RS)
- 10) EDUCAÇÃO E SELEÇÃO — Fundação Carlos Chagas — São Paulo (SP)
- 11) EDUCAÇÃO E SOCIEDADE — Centro de Estudos Educação e Sociedade — (CEDES) — Campinas (SP)
- 12) EDUCAÇÃO EM REVISTA — Faculdade de Educação — UFMG — Belo Horizonte (MG)
- 13) EDUCAR — Setor de Educação/UFPR — Curitiba (PR)
- 14) EM ABERTO — INEP/DDI/COED — Brasília (DF)
- 15) FORUM EDUCACIONAL — Instituto de Estudos Avançados em Educação / Fundação Getúlio Vargas — Rio de Janeiro (RJ)
- 16) LEITURA — Teoria e Prática — ALB — Associação de Leitura do Brasil Faculdade de Educação/UNICAMP — Campinas (SP)
- 17) PERSPECTIVA — Centro de Ciências da Educação. / UFSC — Florianópolis (SC)

- 18) PROPOSTA — Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) — Rio de Janeiro (RJ)
- 19) REVISTA AMAE EDUCANDO — Associação Mineira de Ação Educacional — AMAE — Belo Horizonte (MG)
- 20) REVISTA DA ANDE — Associação Nacional de Educação — São Paulo (SP)
- 21) REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO — ANPAE — Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação — Porto Alegre (RS)
- 22) REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS — INEP/DDI/COED — Brasília (DF)
- 23) REVISTA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO — Universidade Federal Fluminense — Niterói (RJ)
- 24) REVISTA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO — Série Estudos e Documentos/USP — São Paulo (SP)
- 25) REVISTA INTER-AÇÃO — Faculdade de Educação da UFG — Goiânia (GO)
- 26) TECNOLOGIA EDUCACIONAL — Associação Brasileira de Tecnologia Educacional — Rio de Janeiro (RJ)
- 27) TÓPICOS EDUCACIONAIS — Centro de Educação da UFPE — Recife (PE)
- 28) REVISTA DE ENSINO DE CIÊNCIAS — Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino de Ciências — FUNBEC — São Paulo (SP)

IV CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO

CARTA DE GOIÂNIA

Os educadores presentes em Goiânia na IV Conferência Brasileira de Educação, no período de 2 a 5 de setembro de 1986, vêm a público divulgar as resoluções votadas no encerramento dos trabalhos. Atendendo ao convite das entidades organizadoras — ANDE (Associação Nacional de Educação), ANPED (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação) e CEDES (Centro de Estudos Educação e Sociedade) — seis mil participantes, vindo de todos os Estados do país, debateram temas da problemática educacional brasileira, tendo em vista a indicação de propostas para a nova Carta Constitucional.

Os profissionais da Educação declaram-se cientes de suas responsabilidades na construção de uma Nação democrática, onde os cidadãos possam exercer plenamente seus direitos, sem discriminação de qualquer espécie. Estão, por isso, empenhados em debater, analisar e fazer denúncias dos problemas e impasses da educação brasileira e, ao mesmo tempo, em colocar sua capacidade profissional e sua vontade política para a superação dos obstáculos que impedem a universalização do ensino público de qualidade para todo o povo brasileiro.

A IV Conferência Brasileira de Educação, ao propor princípios básicos a serem inscritos na Constituição, tem presente que o país enfrenta graves problemas sociais e econômicos, de natureza estrutural, que entravam a efetiva democratização do conjunto da sociedade. Tem presente, também, que o não enfrentamento urgente de tais problemas acarretará o comprometimento da viabilização das políticas sociais, especialmente da política educacional.

De fato, dados divulgados pelo próprio Governo Federal mostram que cerca de 60% dos brasileiros encontram-se em estado de extrema pobreza material, em contraste com uma minoria de grupos privilegiados que detêm o uso e fruto privado da riqueza que é social. Isso significa que as aspirações da coletividade pela democracia econômica, social e política são obstaculizadas por uma organização social injusta e, em decorrência, por políticas governamentais incapazes de promover a justiça social. Persiste uma política econômica e particularmente salarial, marcadas pela distribuição desigual da renda, cujas expressões são a questão agrária e a violência so-

cial contra os trabalhadores rurais; o enorme endividamento externo; a dívida pública; o precário atendimento às necessidades de escolarização da população e de outras políticas sociais como a saúde, a assistência e previdência social.

No âmbito da Educação, o país continua convivendo com problemas crônicos referentes à universalização e qualidade do ensino, a gratuidade escolar, as condições de trabalho do magistério e a escassez e má distribuição das verbas públicas. Não é demais lembrar alguns dados que revelam o estado lastimável em que se encontra a educação nacional:

- Mais de 50% de alunos repetentes ou excluídos ao longo da 1ª série do ensino de 1.º grau;
- cerca de 30% de crianças e jovens na faixa dos 7 aos 14 anos fora da escola;
- 30% de analfabetos adultos e numeroso contingente de jovens e adultos sem acesso à escolarização básica;
- 22% de professores leigos;
- precária formação e aperfeiçoamento profissional de professores de todo o país;
- salários aviltados em todos os graus de ensino.

Há dois anos, os participantes da III Conferência Brasileira de Educação aprovavam um Manifesto em que expressavam suas esperanças de que tais problemas crônicos viessem a ter um encaminhamento mais efetivo. Os educadores se envolveram num clima de positiva expectativa que tomava conta da sociedade brasileira, face às possibilidades abertas pelas mudanças na vida política do país, uma vez cessado o longo período de regime militar. Havia razões para esperanças: governos estaduais haviam sido eleitos pelo voto popular; profissionais da educação foram chamados a ocupar postos administrativos e técnicos; outras áreas da administração pública passaram a contar com profissionais comprometidos com ideais e práticas convergentes com os interesses majoritários da sociedade; algumas reivindicações há anos exigidas pelos educadores, como por exemplo, a priorização do ensino de 1.º e 2.º graus, foram anunciadas pelos governos.

Entretanto, passado esse período, os educadores continuam denunciando a incapacidade do sistema político em assegurar a concretização de diretrizes educacionais voltadas para o atendimento dos interesses majoritários da população bra-

sileira. Insistindo em práticas políticas arcaicas, os governos federal e estaduais continuam recorrendo a programas de impacto político e de favorecimento a grupos que colocam a educação a serviço de interesses menores. Promoções nacionais como o «Dia D da Educação», Educação para todos, Programa Nacional do Livro Didático, Projeto Educar, Projeto Nova Universidade, Projeto das 200 Escolas Técnicas, como também a sucessiva criação das chamadas «comissões de alto nível» não chegam a produzir mais do que efeitos de visibilidade política, já que são medidas descontínuas e desconectadas de um plano global de atendimento ao conjunto dos problemas educacionais. Tais promoções criam uma expectativa ilusória, contribuindo para desviar a atenção dos reais problemas.

Em relação às políticas públicas estaduais, essas mesmas práticas tem sido reiteradas, acrescentando-se que alguns programas de governo pretendem utilizar-se da estrutura e dos recursos do setor educacional para resolver problemas afetos a outros setores das políticas públicas, tais como a substituição da educação escolar por meros programas de assistência, saúde e treinamento profissional.

Cabe destacar, ainda, a questão das verbas públicas para a educação, destinadas sobretudo aos projetos de impacto político e não às prioridades efetivas, e frequentemente desviadas para instituições privadas. Esta situação tende a agravar-se com as ações dos grupos privatistas organizados para assegurar seus interesses na Carta Constitucional.

Neste momento em que a Nação se prepara para eleger seus representantes ao Congresso Constituinte, os educadores brasileiros renovam sua disposição de luta, exigindo que os problemas educacionais sejam tratados de maneira responsável e coerente, tendo em vista as reais necessidades e interesses da população.

Os participantes da IV Conferência Brasileira de Educação reivindicam, assim, que a nova Carta Constitucional consagre os princípios de direito de todos os cidadãos brasileiros à educação, em todos os graus de ensino e de dever do Estado em promover os meios para garanti-la. Ao mesmo tempo, se comprometem a lutar pela efetivação destes princípios, organizando-se nas suas entidades, exigindo compromissos dos candidatos às Constituintes a nível federal e estadual e cobrando o cumprimento de medidas propostas para a democratização da educação.

Finalmente, propõem que os princípios formulados a seguir sejam inscritos no texto constitucional:

- 1 — A educação escolar é um direito de todos os brasileiros e será gratuita e laica nos estabelecimentos públicos, em todos os níveis de ensino.
- 2 — Todos os brasileiros têm direito à educação pública básica comum, gratuita e de igual qualidade, independentemente de sexo, cor, idade, confissão religiosa e filiação política, assim como da classe social ou da riqueza regional, estadual ou local.
- 3 — O ensino fundamental com 8 anos de duração é obrigatório para todos os brasileiros, sendo permitida a matrícula a partir dos 6 anos de idade.
- 4 — O Estado deverá prover os recursos necessários para assegurar as condições objetivas ao cumprimento dessa obrigatoriedade, a ser efetivada com um mínimo de 4 horas por dia, em 5 dias da semana.
- 5 — É obrigação do Estado oferecer vagas em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 6 anos e 11 meses de idade, com prioridade pedagógica.
- 6 — São assegurados aos deficientes físicos, mentais e sensoriais serviços de atendimento pelo Estado, a partir de 0 (zero) anos de idade, em todos os níveis de ensino.
- 7 — É dever do Estado prover o ensino fundamental, público e gratuito, de igual qualidade, para todos os jovens e adultos que foram excluídos da escola ou a ela não tiveram acesso na idade própria, provendo os recursos necessários ao cumprimento desse dever.
- 8 — O Estado deverá viabilizar soluções que compatibilizem escolarização obrigatória e necessidade de trabalho do menor até 14 anos de idade e, simultaneamente, captar e concentrar recursos orçamentários para a criação de um Fundo de Bolsas de Estudos a ser destinado às crianças e adolescentes de famílias de baixa renda, matriculados na escola pública.
- 9 — O Ensino de 2.º grau, com 3 anos de duração, constitui a segunda etapa do ensino básico e é direito de todos.

- 10 — O ensino, em qualquer nível, será obrigatoriamente ministrado em Língua Portuguesa, sendo assegurado aos indígenas o direito à alfabetização nas línguas materna e portuguesa.
- 11 — Será definida uma carreira nacional do Magistério, abrangendo todos os níveis e que inclua o acesso com o provimento de cargos por concurso, salário digno e condições satisfatórias de trabalho, aposentadoria com proventos integrais aos 25 anos de serviço no magistério e direito à sindicalização.
- 12 — As Universidades e demais Instituições de ensino superior terão funcionamento autônomo e democrático.
- 13 — As Universidades públicas devem ser parte integrante do processo de elaboração da política de cultura, ciência e tecnologia do país, e agentes primordiais na execução dessa política que será decidida, por sua vez, no âmbito do Poder Legislativo.
- 14 — A lei regularizará a responsabilidade dos Estados e Municípios na administração de seus sistemas de ensino e a participação da união para assegurar um padrão básico comum de qualidade dos estabelecimentos educacionais.
- 15 — Os recursos públicos destinados à Educação serão aplicados exclusivamente nos sistemas de ensino criados e mantidos pela União, Estados e Municípios.
- 16 — Será de responsabilidade exclusiva dos setores da Saúde Pública a atenção à saúde, da criança em idade escolar.
- 17 — A Merenda Escolar e qualquer outro programa assistencial a ser desenvolvido nas escolas devem contar com verbas próprias, desvinculadas dos recursos orçamentários para a Educação «*stricto sensu*», porém gerenciadas por órgãos da área educacional.
- 18 — É permitida a existência de estabelecimentos de ensino privado, desde que atendam às exigências legais e não necessitem de recursos públicos para sua manutenção.
- 19 — O Estado deverá garantir à sociedade civil o controle da execução da política educacional em todos os níveis (federal, estadual e municipal), através de organismos colegiados, democraticamente constituídos.

- 20 — O Estado assegurará formas democráticas de participação e mecanismos que garantam o cumprimento e o controle social efetivo das suas obrigações referentes à educação pública, gratuita e de boa qualidade em todos os níveis de ensino.
- 21 — Fica mantido o disposto pela Emenda Calmon (EC 24, § 4º do Art. 176 da atual Constituição), assim como pelas Emendas Passos Porto (EC 23) e Irajá Rodrigues (EC 27) e a lei estabelecerá sanções jurídicas e administrativas no caso do não cumprimento destes dispositivos.

Consideram, outrossim, essencial sua participação, através das entidades de representação na área, tanto na elaboração da Constituição, quanto da lei acima referida.

Os educadores presentes à IV Conferência Brasileira de Educação consideram indispensável que seja elaborada uma nova lei de diretrizes e bases da educação nacional, a partir dos princípios inscritos na Constituição.

Consideram, ainda, que devem ser mobilizados todos os recursos no sentido de tornar público este posicionamento e de conclamar os candidatos dos diversos partidos à Constituinte, para a defesa dos princípios aqui enunciados.

Goiânia, 5 de setembro de 1986